

A FORMAÇÃO URBANA E SOCIAL DA CIDADE DE BELO HORIZONTE: HIERARQUIZAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO DO ESPAÇO NA NOVA CAPITAL MINEIRA

Daniela Oliveira Ramos dos Passos

Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Rua do Seminário s/n, Centro, Mariana/MG
ddanipassos@gmail.com

Resumo

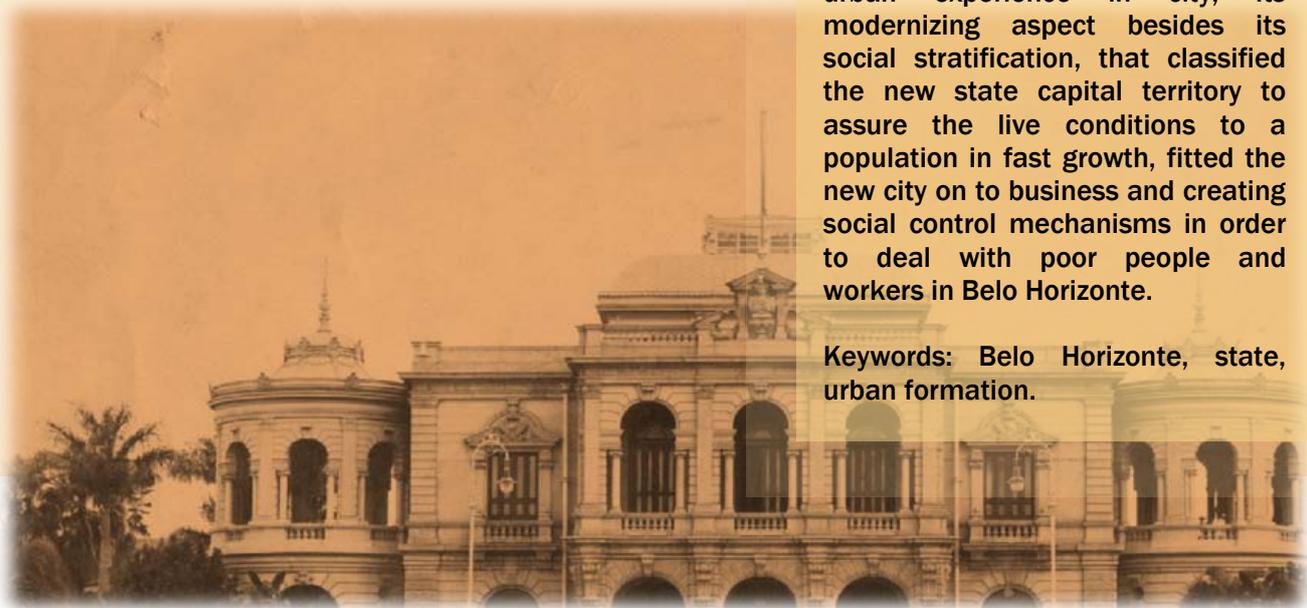
O presente trabalho procura analisar como se constituiu o espaço urbano-social da cidade de Belo Horizonte, no final do século XIX e início do século XX (1893-1920). Inaugurada em 1897, Belo Horizonte foi projetada e construída tendo por função ser o abrigo da nova Capital do estado de Minas Gerais. O objetivo deste ensaio é o de explicitar como as idéias republicanas inspiraram à experiência urbanística da cidade, seu aspecto modernizador e ao mesmo tempo sua estratificação social, que classificava e hierarquizava o território belo-horizontino, no intuito de assegurar as condições de vida para uma população em crescimento, adequando a cidade aos negócios e criando mecanismos de controle da população carente e trabalhadora de Belo Horizonte.

Palavras-chaves: Belo Horizonte, estado, formação urbana.

Abstract

The present text seeks to analyse how the urban and social space was constituted at Belo Horizonte city, at the end of the nineteenth century and early twentieth century (1893-1920). Inaugurate in 1897, it became the first planned city nation, having for function be the shelter of new Capital in Minas Gerais state. This text aims to explain how the republican ideas influenced the urban experience in city, its modernizing aspect besides its social stratification, that classified the new state capital territory to assure the live conditions to a population in fast growth, fitted the new city on to business and creating social control mechanisms in order to deal with poor people and workers in Belo Horizonte.

Keywords: Belo Horizonte, state, urban formation.



A transferência da Capital mineira¹

As novas idéias surgidas, com o advento da República, vieram a afetar diretamente a vida política do país, já que elas poderiam significar um rompimento com o sistema político centralizador exercido pelo governo imperial. O ambiente de incertezas dos primeiros anos do novo regime político, em meio à necessidade de legitimar o mesmo, determinou um horizonte favorável a um ousado projeto de construção de uma cidade capital.

Com a “vitória” republicana de 15/11/1889, acirraram-se os debates em torno do poder local em Minas Gerais, visto que Ouro Preto (Capital desde 1720, quando da separação das capitanias São Paulo e Minas Gerais) - na concepção dos republicanos mineiros - caracterizava-se como um centro político administrativo, típico do Império, além de possuir deficiências estruturais para se tornar pólo dinamizador da vida econômica do estado. Para os apoiadores da mudança do centro administrativo, numa nova Capital a vida e os valores urbanos tenderiam a favorecer a prática republicana, que se caracterizava principalmente pelos ideais positivistas, além do mais, segundo José Murilo de Carvalho, no livro *Os Bestializados*, uma Capital republicana teria que ter uma destinação, neste caso, dotar o estado de um governo eficiente².

Para além, ainda de acordo com José Murilo de Carvalho, a palavra República significou o símbolo exclusivo das aspirações democráticas, sendo as cidades tradicionalmente o lugar clássico do desenvolvimento da cidadania. Porém, sabemos que este ideal não se deu na prática, à medida que o regime republicano sugeriu projetos poucos nítidos de igualdade e democracia³.

Para os “mudancistas” era necessário romper com os laços de uma sociedade que

¹ Este artigo é uma versão modificada do segundo capítulo da minha dissertação de Mestrado intitulada *A influência das diversas correntes ideológicas no movimento operário belo-horizontino no início do século XX*, em andamento junto ao programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, inscrito na linha de pesquisa sociedade, poder e região.

² CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p12.

³ PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Os ideais do movimento operário em Belo Horizonte no início do século XX*. 2006. 69 f. Monografia (Graduação em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, 2006. p.12.

permanecera, até então, ligada aos modelos tradicionais. Um novo tempo pressupunha uma nova espacialidade, e uma nova cidade-capital, no estado mineiro, serviria para consolidar a emergente República, dando sentido material a idéia de ruptura.

Belo Horizonte surgiria tendo como ideal ser uma metrópole, não somente de Minas Gerais, mas da República. O projeto da cidade teria sido pensado de forma a escrevê-la no mundo moderno, apresentando-se assim, como espaço para constituição de uma nova sociabilidade⁴.

No texto *Itinerários da cidade moderna*, Letícia Julião afirma que a necessidade de distinguir-se da antiga ordem impunha um deslocamento, uma mudança de lugar e o advento da República era o elemento chave na concepção desta temporalidade, sendo a cidade, o espaço de sua representação⁵.

No final século XIX, o estado mineiro passava por diversos conflitos entre as oligarquias rurais para saber quem iria manter o controle político e econômico do governo. A disputa pelo poder girava em torno dos grupos econômicos da zona da Mata, do Sul de Minas e os da decadente zona da mineração, tradicional e, na época, o centro político⁶.

A questão da nova Capital, na visão dos líderes políticos apoiadores da mudança, estava relacionada ao intuito de unificação do território mineiro, pois o mercado se desenvolvia em vias de uma economia de exportação (isto falando tanto da mineração quanto da cafeicultura), o que reforçava o dilaceramento da província que se dividia em regiões autônomas, separadas entre si. A disputa em torno do novo centro político estava ligada às novas forças econômicas dentro do estado. De acordo com Maria Efigênia Lage Resende, no texto uma *Interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte*, a chegada da República acabou por desencadear a luta para a obtenção do poder político, ou seja, cada localidade procurava disputar a posição da sede administrativa do estado de acordo com a situação financeira

⁴ ARRUDA, Rogério Pereira. *Álbum de Bello Horizonte: signo da construção simbólica de uma cidade no início do século XX*. 2000. 216.f. Tese (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2000. p. 57.

⁵ JULIÃO, Letícia. *Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p.50

⁶ PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: Plambel, 1979. 2v. p.14.

próspera ou decadente de cada região⁷.

Assim, as regiões do Norte e Centro (locais das minas e pedras preciosas) se organizaram para manter o poder político. Já as outras regiões (Zona da Mata e Sul) defendiam a transferência da Capital mineira, sob o argumento econômico do café, que no início do século representava a força da economia. Contudo tais regiões não se integrariam ao centro do estado, pois o café, sendo um produto de exportação, era comercializado nos centros mais importantes da costa brasileira: Rio de Janeiro e São Paulo. Em resumo, cada grupo pretendia localizar a nova Capital no local de seus interesses.

A criação de uma nova Capital para Minas Gerais se deu neste contexto, no qual segmentos da elite mineira encaravam a proclamação da República como uma ruptura com o passado e o início de um tempo de modernização e desenvolvimento.

(...) a cidade aparece como signo de um novo tempo; centro de desenvolvimento intelectual e de novas formas de riqueza e trabalho; foco irradiador da civilização e progresso; um lugar moderno, higiênico e elegante, capaz de consolidar um poder vigoroso e assegurar a unidade política do estado⁸.

No dia 24 de outubro de 1891, foi promulgada a lei n.1, adicional a Constituição Estadual de Minas Gerais, que autorizava o estudo do meio ambiente para se definir o local a ser escolhido para a Nova Capital, como cita o artigo de nº1:

Art. 1 - O presidente do estado mandará, com urgência, por uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares para dentre eles ser escolhido um para o qual seja mudada a capital do estado: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.⁹

Assim, para se chegar à decisão de Belo Horizonte, como a localização do novo centro administrativo do estado, vigoraram fatores tanto econômicos, políticos e também é bom destacar, os relacionados aos princípios de higiene e salubridade.

Desta forma, organizou-se primeiramente uma “Comissão de Estudos” para analisar qual o melhor local para se erguer à nova Capital, e após a decisão, criou-se uma “Comissão Construtora”. Em ambas as comissões os engenheiros, aliados dos médicos sanitaristas, foram considerados os chefes/mestres, nos quais os deputados se pautaram no intuito de tomarem suas decisões sobre o melhor local para abrigar a nova Capital de Minas

⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.39, p.131. jul.1974.

⁸ JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p. 50

⁹ Minas Gerais. Lei n.1, de 28 de outubro de 1891. In: *Imprensa Oficial*, 1927, p.43

Gerais.

É correto afirmar que os interesses políticos envolvidos na escolha do local foram imensos, mas também é certo que tais interesses não poderiam vencer sem que estivessem sustentados e justificados por determinados critérios, que se relacionavam quanto ao posicionamento geográfico (preferência por uma região central do estado), bem como outros fatores como clima, e os de cunho biológicos, como salubridade, incidências de doenças e epidemias. Portanto, o meio também influenciou para determinar a localização da nova Capital.

O estudo das cinco localidades indicadas pela Lei n.1 foi confiado a uma comissão técnica (Comissão de Estudos) que tendo em vista a construção de uma cidade de 150 a 200 mil habitantes, deveriam estas ainda compreender:

Ótimas condições de salubridade, abastecimento abundante de água potável, facilidades oferecidas pelo local para edificação e construção em geral, como pedreiras, jazidas e matas, e ainda uma análise da topografia em relação a livre circulação e a ligação do plano geral da viação estadual e federal, de modo a facilitar a ação política e administrativa dos poderes públicos e a movimentação comercial e industrial do estado¹⁰.

No relatório final da Comissão de Estudos foram abordadas as condições físico/biológicas de cada cidade sendo que de acordo com o mesmo, Barbacena, mesmo tendo um excelente clima durante o verão, não poderia ser a nova Capital, por não ter condições topográficas e higiênicas para o estabelecimento de 50.000 habitantes, além de não ter mananciais para o fornecimento de água de boa qualidade, sendo que para ter água potável seria necessário despesas elevadas para criar poços artificiais. Por sua vez a localização do Paraúna, quase no centro geográfico do estado, não bastava, pois a região não possuía boas condições topográficas e sanitárias e muito menos meios de uma rápida e fácil comunicação. Quanto a Juiz de Fora, sua eliminação se deu pela localização, ou seja, era uma região afastada do centro territorial e muito próxima dos limites do estado do Rio de Janeiro¹¹.

A escolha ficou então entre Várzea do Marçal e Belo Horizonte, pois em ambas

¹⁰ MINAS GERAIS. Comissão de Estudo das Localidades indicadas para a nova Capital. *Relatório apresentado a Afonso Pena, presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis; janeiro a maio de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 76 p. Acervo APM. Relatório. Disponível em: <<http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br>>. Acesso em 26 mai. 2008. p.2

¹¹ BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média), 2v., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Centro de Estudos históricos e Culturais), 1995. p. 395-396.

existiam ótimas condições topográficas, fácil abastecimento de água, excelentes condições para edificação e construção em geral. Entretanto, Várzea do Marçal, mesmo sendo um belo lugar, carrega o estigma de ser uma “várzea”, nome imediatamente associado a pântano, que por sua vez é sinônimo de doenças endêmicas¹². Mas também é importante destacar que

Evitar que a capital fosse colocada em zona estrategicamente favorável a Mata e ao Sul, era evitar [também] o agravamento do desequilíbrio econômico, numa fase em que o separatismo, originado desse mesmo desequilíbrio, ameaçava constantemente a unidade política do estado.¹³

Assim, Belo Horizonte, tendo todas as excelentes condições físico-biológicas, além de ser um local político estratégico (centro do estado), foi em 17 de dezembro de 1893 designada como o local a ser construída a nova Capital de Minas Gerais, de acordo com a lei n.3¹⁴ promulgada pelo então presidente do Congresso, Crispim Jacques Bias Fortes (lei adicional a Constituição do estado), sendo inaugurada, inicialmente, com o nome Cidade de Minas e mudando novamente a denominação para Belo Horizonte, no ano de 1901.

Portanto, vale destacar, que não foi apenas a disputa política o fator essencial para se pensar uma nova cidade-capital para o estado mineiro, mas também o ideal de modernização (advindos com a República proclamada no final do século XIX) foi de fundamental importância para se construir uma nova territorialidade para sede do governo do estado. A modernização, atingido as áreas econômicas, políticas e sociais; e o modernismo englobando a arte, a cultura e a sensibilidade, foram fatores chaves para se pensar um novo espaço para a Capital de Minas Gerais, concretizando, assim, todo o simbolismo de uma época.

42

A ocupação urbana e social do espaço belo-horizontino.

Belo Horizonte, ao contrário da maioria das cidades, foi construída pela intervenção estatal, num traçado modernizador, inspirado nas experiências urbanísticas das

¹² REIS, Maria Ester Saturnino. *A cidade “paradigma” e a República: o nascimento do espaço Belo Horizonte em fins do século XIX*. 1994. 201.f. Tese (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994. p. 5.

¹³ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. p.149.

¹⁴ “Nós os representantes do povo mineiro, em Congresso Legislativo, decretamos e promulgamos a seguinte lei: Art. 1º Fica designado o Belo Horizonte para aí se construir a capital do estado” (Minas Gerais. Lei adicional à Constituição n.3, de 17 de dezembro de 1893).

cidades européias e norte-americanas, ou seja, uma cidade planejada. Segundo Julião, a criação e a construção da cidade concretizavam os desejos de uma elite que encarava o advento da República como sinal de uma ruptura com o passado, preconizando a modernização e o desenvolvimento nacional¹⁵.

As cidades planejadas, segundo Richard Sennett, no livro *Carne e pedra*, eram pensadas de acordo com a revolução científica da compreensão do corpo humano e de sua circulação sanguínea, proposto por William Harvey em sua obra de 1628 *De motu cordis*. O que Harvey expôs parecia bastante simples: o coração bombeia sangue através das artérias e veias, recebendo-o das veias, para ser bombeado¹⁶. O fato foi que muitos engenheiros e urbanistas fizeram tal analogia a construção de cidades: a livre circulação (como a sanguínea) ao longo das ruas principais, estas se tornando um importante espaço urbano, cruzando áreas residenciais ou atravessando o centro da cidade.

Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade de trânsito das pessoas, imaginando uma cidade de “artérias” e “veias” contínuas, através dos quais os habitantes pudessem se transportar, tais como hemácias e leucócitos no plasma saudável.

Assim, as palavras “artérias” e “veias” entraram para o vocabulário urbano já no início do século XVIII, aplicadas por projetistas que tomaram o sistema sanguíneo como modelo para o tráfego, onde muitos engenheiros estabeleceram uma ligação entre saúde e locomoção/circulação.

O planejamento das cidades, durante o século XIX, basear-se-ia em ideais sanitaristas, de um corpo saudável, limpo e deslocando-se com total liberdade, onde a população poderia respirar livremente, por meio do desenho de uma cidade altamente organizada e compreensiva, onde ruas, avenidas e praças representariam uma ruptura radical com o modelo das cidades de então.

Belo Horizonte não fugiu a estes ideais. Movido pela nova ordem republicana, positivista e científica, inspirado ainda em um repertório urbanístico em alta no estrangeiro, Aarão Reis (atendendo ao governo da época) planejou a cidade também se baseando em ruas

¹⁵ JULIÃO, Leticia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p.51

¹⁶ SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

como “artérias e veias”. Segundo o artigo n.2, do decreto de n.803 do ano de 1895, sobre o levantamento da planta geral da Capital percebemos tal fato:

A sua área será dividida em seções, quarteirões, lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene¹⁷.

Ainda segundo Abílio Barreto, no livro, *Memória histórica e descritiva*, Aarão Reis fez as ruas, da área central, da largura de 20m, para a conveniência, arborização e livre circulação de veículos. Já as avenidas estas foram fixadas na largura de 35m, suficiente para dar beleza e conforto a população. E não bastava um modelo traçado somente em soluções arquitetônicas; a gestão moderna da cidade exigia intervenções das mais diversas possíveis como saberes jurídicos, médicos-sanitaristas, estatísticos, entre outros, na busca por respostas a problemas como miséria, falta de saneamento, doenças, densidade populacional e o potencial de tensões e revoltas sociais¹⁸.

Portanto, foi neste contexto de efervescência de idéias, que nasceu a nova Capital de Minas. Num prazo de quatro anos (1893-1897) inaugurou-se a cidade-capital em 12 de dezembro de 1897, que nas palavras de Joaquim Nabuco Linhares se resumirá em:

Hercules e titânicos foram os trabalhos então realizados. Do Nada pode-se dizer, e em tão curto espaço, surgiram as belas avenidas e ruas que aqui estão e os suntuosos edifícios públicos e particulares que garbosos sustentam nesta cidade¹⁹.

Característica de uma cidade que se deseja moderna²⁰, Belo Horizonte não fugiu ao paradigma de ser um local de segmentação. De acordo com o estilo funcional e progressista de urbanismo que se inicia na segunda metade do século XIX, a nova Capital de Minas Gerais também possuía espaços classificados e ordenados de acordo com as funções e necessidades sociais. Tal fato é percebido no projeto/planta do engenheiro Aarão Reis, que dividiu Belo Horizonte em três zonas:

A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infra-estrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno que

¹⁷ Decreto n.803 de 11 de janeiro de 1895. Minas Gerais, Ouro Preto, 1895, p.84. *apud* BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média). p.232.

¹⁸ BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média) p. 251.

¹⁹ LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da Capital: apontamentos históricos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.1e2, p.339-382. Ano 10/ 1905. p. 381

²⁰ De acordo com Rogério Pereira Arruda, em seu *Álbum de Bello Horizonte* (2000), o termo moderno significaria um ideal de mudança, de transformação: a busca incessante de um novo tempo.

funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção²¹

Letícia Julião afirma que esta divisão funcionava como instrumento para o controle da cidade. Fixava-se os seus limites, classificava e hierarquizava os territórios, que deixavam de ser uma “dimensão indefinida” para se transformarem em áreas delimitadas e identificáveis²².

O objetivo desse “enquadramento social” era o de estabelecer uma ordem, dentro da cidade. Nas idéias de Aarão Reis era necessário “traçar com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana”²³.

Talvez se possa comparar a nova Capital de acordo com o sistema de disciplina interpretado por Michel Foucault no livro *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Na obra o autor expõe que um “indivíduo dócil”, ou seja, disciplinado, oferece funcionalismo, utilidade e habilidade, mas para tanto, seria indispensável submetê-lo a regulamentos constantes (leis, por exemplo) e velar seus exercícios, “enquadrá-lo” no tempo e no espaço. Quanto ao espaço seria necessário, ainda, uma “arquitetura hierárquica” capaz de encaixar os “corpos” e submetê-los ao controle social, neste caso a disciplina, a ordem dentro da multiplicidade. Portanto, o corpo social tornar-se-ia um elemento que se poderia colocar, mover, articular com os outros, reduzindo-o funcionalmente e inserindo-o em um “corpo-segmento” de um conjunto, no qual o corpo se articularia²⁴.

As construções de cidades e a revolução urbanística (cidades planejadas) poderiam se enquadrar nesta concepção de vigília, onde o poder seria exercido a cada olhar, nas ruas largas, vastas e limpas, já que o fato de sempre ser visto é que manteria sujeito o indivíduo disciplinar. Assim, nas palavras de Foucault:

(...) uma arquitetura que não é feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios) ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para

²¹ OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. *A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX*. 2004. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo, 2004. p.34-35

²² JULIÃO, Letícia. *Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. p.57

²³ JULIÃO, Letícia. *Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. p.56

²⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. Terceira parte: Disciplina.

permitir um controle interior, articulado, detalhado; para se tornar visíveis os que nela se encontram. Uma arquitetura que seria um operador para transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento (...) começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos vazios, das passagens e das transparências²⁵.

Desta forma, as cidades amplas, abertas, livres para passagens e transparentes colocariam fim à multidão compacta e valorizaria a individualidade; seres enquadrados no conjunto do qual foi articulado. Os espaços abertos e iluminados da cidade deveriam colocar todos sob a vista de todos, revelando e neutralizando os perigos da multidão urbana.

O espaço público, neste caso, segundo Richard Sennett em o *Declínio do homem público*, destinava-se apenas à passagem e não à permanência. As ruas amplas eram específicas para movimentação e circulação, uma espécie de *arquitetura da visibilidade*. Tal espaço produziria isolamento, e ao mesmo tempo, controle social, pois os trabalhadores e transeuntes destas estruturas urbanas seriam assim inibidos a se sentirem pertencentes a este local, que seria apenas um meio para se chegar a uma finalidade desejada. Por ser ainda um espaço amplo, aberto e público, acabaria por produzir um isolamento, pois todos estariam visíveis a todos, o que tornaria a liberdade do espaço um conflito com a liberdade do corpo²⁶.

46

No espaço urbano, o individualismo assume um sentido particular. As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados. Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com que convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado²⁷.

Assim, o individualismo das grandes cidades, veio a “amortecer” o corpo moderno, não permitindo que ele se vinculasse. As cidades planejadas passariam então a funcionar como isolante do espaço; praticamente esvaziando-o, impossibilitariam ainda as aglomerações; privilegiariam o corpo em movimento, evitar-se-iam os tumultos.

Destarte, Belo Horizonte, foi concebida com o propósito de assegurar condições de vida acima dos padrões correntes no Brasil do século XIX e de início do século XX,

²⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. p.154

²⁶ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

²⁷ SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.264-265.

padrões esses coerentes com os vigentes ou preconizados nos grandes centros urbanos europeus e norte-americanos; adequando, ainda, seu espaço aos negócios e ao mesmo tempo criando mecanismos de controle sobre a população mais carente e trabalhadora, onde a modernização acabou se dando de maneira desigual nos diferentes pontos da mesma.

A rigidez do plano da cidade, que destinava a área interna ao perímetro da Avenida do Contorno a funções específicas, expulsou para as zonas suburbanas e rurais as camadas populares. Isto fez com que o crescimento urbano se desse da periferia para o centro, como mostra o quadro:

TABELA 1
Distribuição da população belo-horizontina em 1912

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO	%
Urbana	12.033	32
Suburbana	14.842	38
Rural	11.947	30
TOTAL	38.822	100

Fonte: Recenseamento de 1912. MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 27 jul. 1912, p.2.

No que se refere à ocupação, tratava-se de atender primeiramente aos funcionários e proprietários, oriundos de Ouro Preto. Segundo Abílio Barreto, o governo do estado cederia gratuitamente um lote de terreno na nova Capital, de acordo com a planta geral, para cada um dos funcionários estaduais que por força de suas funções fossem obrigados a transferir-se para Belo Horizonte; e aos proprietários de casas em Ouro Preto que pagassem o imposto predial (atual IPTU) no exercício do ano de 1890 e que construíssem suas novas residências até o prazo de 17 de dezembro de 1893²⁸. Esta foi uma das formas encontradas pelo governo para vencer a resistência dos que não queriam a mudança.

No bairro dos funcionários concentrou-se a área do funcionalismo público. Tal localidade se constituiu em uma espécie de “cartão de visitas”, pois possuía excelentes casas, ruas simétricas (como em todo traçado, dentro da chamada *área urbana*) e ótimas instalações sanitárias. Já a área Central foi destinada à construção de prédios públicos, do Parque Municipal e da zona Comercial (atual Santos Dumont).

Quanto ao Parque, este era visto como o “pulmão urbano”, órgão respiratório tão

²⁸ BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média) p. 238.

importante quanto o coração. O parque era considerado o local de experiência social da cidade. Circulando através de ruas-artérias as pessoas passariam pelo parque, respirando seu ar fresco, da mesma forma que o sangue é refrescado pelos pulmões²⁹. No Parque Municipal belo-horizontino várias construções foram edificadas para enfeitar o “belo jardim”, proporcionando entretenimento aos transeuntes; sendo ainda destinados aos parque inúmeros eventos sociais e esportivos.

Assim, a área central era considerada a mais “atraente”, pois concentrava os serviços urbanos modernos como saneamento, iluminação, etc. Obviamente, por ser o território mais elegante era também o menos acessível, já que seus terrenos eram bem valorizados (dentro das leis de mercado da época). Portanto, a área Central, especificamente o bairro dos Funcionários e as partes altas, próximas às ruas da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo, acabou se tornando o lugar das elites, que construíram suas residências, faziam seus negócios e desfrutavam o seu lazer. Os pobres também estavam localizados na área Central, porém ficavam restritos apenas ao Barro Preto, ao *bairro do Quartel* (atual Santa Efigênia) e ao *bairro do Comércio* (atual Hipercentro, ou Centro da cidade).

Já com a população de baixa renda, não houve a mesma preocupação com os assentamentos residenciais. Igual à Paris de Haussmann, nos bairros humildes, a reforma restringiu-se à simples maquilagem, pois atrás dos prédios de fachadas determinadas pelas normas da construção civil, estavam às casas/cortiços com chiqueiros e nenhum tipo de ventilação. Dizia-se que Belo Horizonte cheirava a lenços d’alcobaça e a mofo das secretarias e o outro lado da cidade cheirava a água de colônia, a toucinho e a álcool³⁰.

Ainda de acordo com Julião, as ruas que se abriram nos subúrbios, geralmente, não ultrapassavam a fronteira da avenida. Os quarteirões eram irregulares, os lotes de áreas diversas e as ruas (traçadas em conformidade com a topografia local) tinham apenas 14 metros de largura³¹. Quanto às habitações, eram de construção ligeira e grosseira, denominadas “cafuas”, cujos moradores, *na maior parte das vezes*, eram os operários.

As moradias dos trabalhadores, segundo Berenice Guimarães, em sua tese

²⁹ SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.267.

³⁰ JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p.82

³¹ JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p.60

intitulada *Cafuas, barracos e barracões* não existiam no projeto inicial de Aarão Reis³², já que até 1888, com a prevalência do regime de trabalho escravo no país e a existência de senzalas como modelo de moradia desses trabalhadores, não haveria uma preocupação para com a questão. Mesmo havendo no Brasil algumas iniciativas de se encontrar soluções para as residências operárias, elas ainda não haviam se tornado ponto social e político digno de atenção do poder do Estado.

De início, os operários residiam em “cafuas, barracos e barracões”³³ desconfortáveis e provisórios, junto às obras. Essas casas seriam demolidas logo ao término das obras. Localizavam-se no Córrego do Leitão (no Barro Preto) e na Favela ou Alto da Estação (no atual bairro de Santa Tereza), ambas na zona urbana da cidade.

Em 1898, o “incômodo” provocado pela presença de duas áreas de aglomeração de cafuas e barracos na zona urbana levou o Prefeito Adalberto Ferraz a designar o quarteirão 16 da 6ª Secção suburbana (Lagoinha) para ser vendido em lotes aos habitantes provisórios dos bairros do Leitão e Alto da Estação, nesta Capital³⁴.

Os lotes seriam vendidos ao preço de 10 réis o metro quadrado e sob a condição de as casas serem imediatamente construídas para que as cafuas fossem demolidas tão logo a moradia estivesse pronta. Diferente da zona urbana, onde havia exigências mais rigorosas para as construções das casas (como a proibição da existência de estábulos, chiqueiros e casas de capim), na zona suburbana e rural não havia nenhuma restrição.

Em 1900, o então Prefeito Bernardo Pinto Monteiro, vinha fazendo concessões de lotes a título provisório e gratuito a operários e proprietários de cafuas na região da Praça Raul Soares e na zona da 8ª Secção do Barro Preto, sendo tal medida justificada da seguinte forma:

Não sendo fácil aos pobres operários, dignos de todas as atenções do poder público, a construção, na zona suburbana, de casas dos tipos adaptados pela Prefeitura, para construções congêneres, vime obrigado a ceder-lhes,

³² GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991.323. f. Tese (Doutorado em Sociologia) –Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991. p. 71-72

³³ “Cafuas eram as casas de barro, cobertas de capim; os barracos eram feitos de tábuas, cobertos de capim ou zinco e ambos podem estar localizados ou não em áreas invadidas; já os barracões eram construções de alvenaria levantadas, em geral, nos fundos de outras casas”. GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. p.64-65.

³⁴ GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. p.91

gratuitamente, lotes em ponto afastado, na vasta explanada que vai ao Calafate, para onde provisoriamente estão sendo transferidos³⁵.

A disputa por um lugar na cidade, às vezes saía do silêncio e se manifestava, por meio de reclamações, denúncias e queixas em jornais, como na visão do jornal *O Operário* que demonstrou a insatisfação da classe popular, alegando que tal medida não representava a solução do problema:

O digno Prefeito desta Capital baixou uma portaria ordenando a demolição das cafuas do Córrego do Leitão. Louvaríamos o ato do Sr. Prefeito se as cafuas fossem condenadas definitivamente, mas como no Barro Preto está se edificando uma nova cidade de cafuas não compreendemos o motivo porque manda-se desalojar os pobres operários com grandes danos dos seus interesses. Cafuas por cafuas podia deixar as que já estavam.³⁶

Na verdade, segundo Guimarães, a relação do poder público com a questão da moradia e da higiene para o trabalhador prendia-se mais a uma visão estética do que a uma visão social³⁷. As cafuas comprometeriam a imagem de Belo Horizonte, o que provocou a adoção de um conjunto de medidas legais, cujo objetivo era preservar a concepção da “cidade-modelo” e, em especial, a zona urbana, que era o “cartão de visita” belo-horizontino. Na representação imaginária do poder público, e mesmo das elites, a insalubridade (que era tida como símbolo dos pobres) era algo aliado à desordem e imoralidade, sendo que a pobreza manchava o cenário civilizatório da nova Capital.

A vila operária do Barro Preto criada oficialmente em 1902 já não era suficiente, sendo que em 1917 o prefeito Cornélio Vaz de Mello concede nova área ao operariado, agora no local denominado “pasto do mercado”. E mais uma vez, percebemos que na solicitação do prefeito esteve implícita a intenção de manter os trabalhadores isolados da área urbana, já que:

A razão da presente solicitação prende-se ao grande desenvolvimento que tem tido a constituição de pequenas cafuas, em vários pontos do patrimônio municipal³⁸.

³⁵ MONTEIRO, Bernardo Pinto. Relatório apresentado pelo Prefeito ao Conselho Deliberativo da Capital. Belo Horizonte, 1899-1902. Imprensa Oficial. *apud* GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. p.97-98

³⁶ O OPERÁRIO, órgão da liga operária, Belo Horizonte, 02 set. 1900. p.2. Há ainda neste exemplar uma forte indignação, por parte dos líderes da Liga operária, no que diz respeito ao silêncio da imprensa para com as manifestações da mesma em busca de melhores condições de labuta. A indignação se dirige principalmente com a não notificação da petição enviada ao Congresso do estado (pela Liga) no que tange a possíveis regulamentações de leis trabalhistas. Mas para este artigo, o que nos interessa é apenas a citação exposta.

³⁷ GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. p.100.

³⁸ PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. p.144.

Em 1918 o prefeito voltou a insistir na necessidade de “localizar definitivamente o proletário da Capital”. E em 1920 destinou alguns terrenos da Lagoinha para a localização de mais uma vila operária.

Assim, podemos concluir que esta “revolução” urbana acabou empurrando os “humildes cidadãos” e concentrando-os em lugares distantes do perímetro urbano da nova Capital. Seguindo as idéias de Haussmann, Aarão Reis separou a área Central das comunidades pobres, ao projetar largas avenidas, principalmente a Avenida do Contorno, que fez jus ao nome: contornar a cidade e servir como uma fronteira sutil entre a vida urbana e suburbana.

Além da derrubada das cafuas da área central, o governo também procurou disciplinar os homens despojados de bens, em sua maioria, os trabalhadores. Com as modificações sofridas nas relações de trabalho, no final do século XIX, com o fim da escravidão, as classes dominantes procuraram ajustar os operários assalariados a novos dispositivos de repressão: eram mecanismos mais sutis e disseminados por toda sociedade, como exemplo a adaptação dos mesmos aos serviços de higiene e a polícia. E o estado teve um papel fundamental neste assunto, pois mesmo havendo uma ausência de legislação trabalhista, tanto os modelos de salubridade quanto as ordens policiais, eram mecanismos disciplinadores da massa de trabalhadores urbanos. Estas estruturas estariam incumbidas de assegurar a ordem pública na cidade, o que representaria submeter os espaços de moradia, lazer e mesmo o trabalho das classes populares a expedientes normativos, aliados a uma vigilância e repressão sistemática³⁹.

Antes mesmo da inauguração da Capital foi transferido da cidade de Sabará o destacamento militar que se instalou na Praça Belo Horizonte (bairro de Santa Efigênia). De acordo com os estudos da Superintendência de desenvolvimento da região metropolitana, as ações das forças de segurança eram chamadas a atuar, sobretudo na vila operária (Barro Preto) em incidentes entre estrangeiros e nacionais e na dissolução de reuniões operárias de caráter reivindicatório⁴⁰.

Desta forma, percebemos que todo e qualquer desvio dessa ordem original era tido

³⁹ JULIÃO, Leticia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p.85.

⁴⁰ PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. p.106.

como caos urbano. A intenção (ou tendência) dos construtores da nova Capital tornar-se-ia a de impedir as manifestações da pluralidade dos habitantes sendo estas suscetíveis de serem banidas do espaço citadino.

Considerações finais

A nova Capital, que foi construída para se tornar o pólo dinamizador da economia mineira e com o objetivo de tentar trazer a unidade ao estado, também acabou por ser tornar uma cidade hierarquizada.

Planejando uma urbe em moldes rígidos, a Comissão Construtora acabou por estratificar o espaço social da Capital do estado ao privilegiar (mesmo que sem uma intenção inicial) uma elite belo-horizontina e “expulsar” a classe popular (principalmente os operários) da área central.

Partindo deste pressuposto, é interessante se questionar como uma ordem que tentava formar uma nação (a República) na cidade-capital passou a negar a participação política dos setores populares e a contrariar os princípios de liberdade e igualdade, ao adotar mecanismos de disciplinamentos. Neste caso a nascente Belo Horizonte estava mais preocupada com controle da massa social, fazendo cidadãos ativos apenas uma pequena elite dos estratos médios e altos da sociedade. A rua, mesmo prometendo lazer (o parque, por exemplo) e diferentes meios de se ganhar a vida, era também (e principalmente para a classe popular) um local de insegurança, onde homens pobres conviviam diariamente com a arbitrariedade e a violência da polícia no espaço público.

Artigo recebido em 18/12/2008 e aprovado em 07/03/2009.